

A IDEOLOGIA COMO GESTORA DO SUJEITO E GERADORA DE SOFRIMENTO PSICOSOCIAL

Romário Victor Lima de Brito¹
Izabelle Oliveira Bezerra de Lima²

RESUMO

O presente artigo busca a promoção de uma nova forma de se observar dados objetos pertencentes à concretude material, sendo eles a ideologia, a subjetividade individual e a categoria sujeito relativa ao homem, enquanto ser social. Nesse sentido, partimos de autores como Marx e Althusser em direção a repensar a forma com que o sujeito nasce enquanto produto de uma dualidade tão somente analisável através do movimento dialético que o compõe, e, por essa lógica, da junção de algo a ser conservado (o indivíduo concreto e sua unicidade subjetiva) a um outro objeto que vem a negá-lo (a ideologia enquanto ápice de generalização de ideias no contexto social), nasce, por fim, a categoria sujeito a qual é observada por uma ótica que busca a plena compreensão sobre as formas de sofrer que, aparecendo elas de forma ampla e externa a esse ser, introduzem-se no sujeito nos momentos os quais o é interpelado pela ideologia.

Palavras-chave: Ideologia, Sujeito, Sofrimento.

IDEOLOGY AS MANAGER OF THE SUBJECT AND GENERATOR OF PSYCHOSOCIAL SUFFERING

ABSTRACT

This work seeks to promote a new way of observing specific objects belonging to material concreteness, in this case they are ideology, individual subjectivity and the subject category related to man as a social being. In this sense, we start from authors such as Marx and Althusser towards rethinking the way in which the subject is born as a product of a duality that can only be analyzed through the dialectical movement that composes it, and, by this logic, the combination of something to be conserved (the concrete individual and his subjective uniqueness) to another object that comes to deny him (ideology as the apex of generalization of ideas in the social context), finally, the subject category is born, which, in this work, is observed by a optics that seeks a full understanding of the forms of suffering that, appearing broadly and externally to this being, are introduced into the subject at times when he is questioned by ideology.

Keywords: Ideology, Subject, Suffering.

¹ Graduando em Psicologia pela UNIESP. Pesquisador da área de Psicologia Social sobre os estudos do papel da Ideologia sobre as tomadas de decisão.

² Graduanda em Psicologia pela UNIESP. Pesquisadora da área de Psicologia Jurídica com ênfase nos estudos acerca dos Comportamentos Desviantes.

LA IDEOLOGÍA COMO ADMINISTRADORA DEL SUJETO Y GENERADORA DE SUFRIMIENTO PSICOSOCIAL

RESUMEN

Este trabajo busca promover una nueva forma de observar los objetos específicos pertenecientes a la concreción material, en este caso son la ideología, la subjetividad individual y la categoría de sujeto relacionada con el hombre como ser social. En este sentido, partimos de autores como Marx y Althusser para repensar la forma en que el sujeto nace como producto de una dualidad que solo puede ser analizada a través del movimiento dialéctico que la compone, y, por esta lógica, la combinación de algo a ser preservado, si (el individuo concreto y su unicidad subjetiva) a otro objeto que viene a negarlo (la ideología como apogeo de la generalización de las ideas en el contexto social), finalmente, nace la categoría de sujeto, que, en esta obra, se observa desde una perspectiva que busca la comprensión plena de las formas de sufrimiento que, apareciendo amplia y externamente a este ser, se introducen en el sujeto en momentos en que es tocado por la ideología.

Palabras-clave: Ideología, Sujeto, Sufrimiento.

INTRODUÇÃO

En quanto sujeito e na forma mais empírico-sensível de materialidade, o ser humano pode ser considerado facilmente apenas mais um objeto pertencente à natureza, relegado a um perpétuo papel de ser predicado de um objeto maior ou apenas resultado tão somente desse âmbito natural e biológico. Pondo em mente tal caráter, uma questão que insurge perante outras e que ao mesmo tempo é basilar para o andamento deste presente trabalho é a de que, como esse ser primitivo, estando em um ambiente por vezes hostil e na presença de outros animais claramente mais fortes e resistentes que si, ainda sim conseguiu se sobressair, desenvolver-se e, por conseguinte, garantir a continuidade de sua espécie em dado contexto que se mostra essencialmente belicoso e perpassado por incontáveis conflitos. Uma primeira resposta a tal indagação parte comumente a pensar a atividade material desse ser primitivo, o desenvolvimento de utensílios e ferramentas que sanasse demandas imediatas e de caráter material, contudo é necessário enxergar ainda por um viés que

seja correlato a uma maior abstração de conceitos. O que de comum há na realização dessas atividades é, de certa forma, uma deliberação sobre o que será feito e por quais caminhos isso se concretizará, em outras palavras, refiro-me a nada mais que uma *práxis* teleológica ou, o que Marx viria a chamar de *trabalho teleológico*.

Analizando tal quesito, o trabalho, nessa apreciação, não remete a seus sentidos mais usuais ou cotidianos, mas o executar de dada laboração que, tanto seu início quanto os meios para sua realização e posterior conclusão, pertencem a essa, anteriormente citada, instância teleológica, onde a todo momento se é levado em consideração as determinações materiais presentes e futuras que tanto resultam imediatamente desta atividade realizada quanto virão a ser efeito e possibilidade concretizadas posteriormente.

Dessa forma, é possível perceber que desde os primórdios, o homem, enquanto categoria universal de humanidade, sempre possuiu uma relação diferenciada com este mundo a sua volta. A satisfação das diversas exigências materiais passa necessariamente por um elo entre a *interioridade individual* e a *externalidade natural*, o homem primitivo que ao necessitar desenvolver dada ferramenta, como uma lâmina, inevitavelmente a desenvolverá através do que se encontra em seu redor, uma realidade externa a si próprio e dotada de caracteres únicos. Nesse sentido, ao sanar suas demandas materiais, consolidam-se hábitos e comportamentos provenientes tão somente dessa relação com o natural e, por essa lógica, o ser humano tanto é modificado por sua realidade quanto a modifica visando justamente a resolução de novas problemáticas e necessidades. O sujeito-humano é essencialmente perpassado por essa dualidade baseada em contrários, o indivíduo e a natureza (antagônico ao indivíduo por ser ela aquilo completamente externo à internalidade individual) que, ao se unirem através do trabalho deliberado, concluem-se em forma de síntese no *Sujeito*, autoconsciente e pertencente a dado contexto de sociabilidade entre iguais.

Karl Marx, historiador e filósofo dentre muitas outras áreas de atuação, é o intelectual que, devido a seu campo de estudo, trouxe tal relação à tona no momento em que repensou os vínculos sociais através de categorias analíticas concretas, como o trabalho, a divisão social desse mesmo trabalho, a organização dos modos de produção, as classes, e diversas outras que encarregam-se de introduzir os diversos campos de saber aonde de fato eles pertencem, a concretude material. Marx,

dentro da filosofia, trouxe um avanço significativo quando através da crítica à extenuante corrente filosófica idealista, que alcançou seu ápice em Hegel, e ao materialismo vulgar, marcado por Feuerbach, atingiu um grau de análise dos aspectos humanos que se mostra em sua completude dedicado a entender as diversas ocorrências de sociabilidades não por regras universais e intrínsecas, mas através de determinações imanentes da própria constituição do objeto estudado, um exemplo disso é a percepção do homem por vias a contemplá-lo tanto como produto de seu meio devido a constante necessidade de satisfação de suas exigências materiais (fome, sede e etc.) quanto como aquele que se esforça por adaptar a natureza a si através do trabalho. Em nenhum momento se ignoram as determinações concretas que sintetizam a humanidade como tal, promovendo, por conseguinte, uma percepção materialista, histórica do objeto examinado. O autor explicita essa noção apresentada quando cita que "ao produzir seus meios de subsistência, os seres humanos indiretamente produzem sua própria vida material" e justamente por isso, deve-se concluir que "os indivíduos são tal e como manifestam sua vida" (Marx, 2019, p. 14).

Sendo assim, o sujeito seria como que um resultado das relações nas quais ele mesmo está inserido, produto de nexos passados e que se consolidam na realidade por vias *ideais* e materiais, sendo estas sempre trabalhadas em pilares vinculados a como ocorre o desenrolar das formas de produção e reprodução da vida material. Nesse ponto, é importante fazer-se claro que não tratamos de forma nenhuma o indivíduo de forma atomizada ou isolada daquilo que o faz ser como é, mas sempre como aquele pertencente a dada coletividade ocorrida entre iguais, estes os quais compartilham vivências, o exercer de atividades e, por consequência, o produto destas mesmas tarefas realizadas de modo partilhado.

Até este ponto, preocupamo-nos de esclarecer que os temas já citados podem transparecer um certo caráter de bases generalistas por não focarem em uma única comunidade ou realidade em específico, entretanto o objetivo disto é mostrar o que são caracteres comuns da formação e desenvolvimento do homem enquanto categoria universal de humanidade, assim, é importante notar os conceitos, baseados nas ideias de autores como Marx (2019) e outros do círculo marxiano de estudos, como essenciais para o cadêncio deste estudo. Nesse sentido, que se tenha sempre em mente que de agora em diante, o real mais propriamente tangível e sensível deve ser primordialmente percebido de forma com que "[...]os homens, desenvolvendo sua

produção material, também transformam seu pensamento e os produtos do seu pensamento, ao transformar essa sua realidade.” (2019, p. 21)

A PRODUÇÃO DE IDEIAS

A ideia, ou o que vem a ser associado a “produção intelectual” dos indivíduos, é um dos pontos primordiais ao se pensar a obra Marxiana, justamente esse tópico é correspondente por ser a fronteira clara que demarca o afastamento de Marx em relação a seus contemporâneos e as escolas filosóficas que, em sua época, conflituavam-se na busca pelo título da “melhor explicação de mundo”. Dessa forma, Marx viria a adquirir sua autonomia intelectual através do uso da “arma da crítica” contra os conceitos já estabelecidos pela corrente de pensamento que mais havia se consolidado na Prússia do século 19, o Idealismo. Os idealistas encontram suas raízes fincadas desde Platão na antiga Grécia com sua “teoria das ideias” e, já na contemporaneidade, na Prússia é consolidada por Kant e atinge seu ápice com Hegel. Marx, sendo na juventude um “hegeliano progressista” ou apenas “de esquerda”, parte do vocabulário intelectual concomitante ao seus estudos no campo do idealismo, mostrando desde sua juventude teórica certa veia autoral única, e dedica-se a provocar um forte abalo contra o senso comum da época ao direcionar suas atividades a repensar a realidade empírica e sensível (que para os idealistas não seria a verdadeira, mas uma “sombra” do real que se encontra na razão) como fruto de múltiplos desfechos derivados das formas com que ocorre o progressivo desenvolvimento das bases concretas e materiais de produção e reprodução da vida em dado contexto social, ao contrário de Hegel, a realidade tangível passa a ser a base de tudo e de todos, a ideia perde sua posição de sujeito.

Em outras palavras, Marx assume o papel de realizar uma denúncia contra o “pensamento alemão” que marcadamente recaia em universalismos, por vezes teológicos, e era em sua completude transpassado por tautologias puramente abstratas, dedica-se ele então a explanar essa “inversão epistemológica” quando explicita que “o mistério da especulação hegeliana” estaria mais para uma “ontologização da ideia” que, em seu fim, desembocava na “consequente desontologização da realidade empírica” (Marx, 2013, p. 25).

Havendo esclarecido tal contexto histórico e tendo em mente a *ideia* como o efeito imaterial (que posteriormente veremos ser sim material em dadas instâncias) dos indivíduos organizados em sociedade, conclui-se que ao mudar sua realidade, o homem consequentemente muda os produtos desta, como sua própria consciência - adquirida através da constante apreensão de saberes, em forma sínica, deste mundo ao seu redor – e, portanto, sua unicidade subjetiva, aquilo que o faz único em relação a outros. Segue-se daí a base para perceber que, de acordo com o progredir evolutivo dos agrupamento humanos, certas “ideias” passaram a ter pesos diferenciados na balança das relações (comumente de poder) entre sujeitos ao ponto de formarem até encadeamentos complexos ao redor de si e explicitando-se na forma de estruturas concreto-materiais na realidade empírica, nesse sentido, o que um dia foram falas e noções (em suma, ideias) propagadas por Jesus e seus seguidores a pôr volta de dois mil anos atrás, hoje é uma intrincada rede de conventos, templos e monastérios que, em sua totalidade, são chamados de igreja católica (uma estrutura sensível que necessariamente nasceu do campo das ideias). Desse modo, é possível ver que o limiar que separa uma “ideia” do “empírico” vem a ser demasiadamente mais tênue do que Platão ou Hegel se comprometeram a pensar.

Nessa altura, necessita-se analisar uma questão que propositalmente não houve de ser adentrada em sua completude, sendo o trabalho e a *ideia* temas gerais e indissociáveis do *real*, como as diversas sociedades se formariam, portanto, através de tais temáticas? A resposta é ampla e devemos nos aprofundar. Conforme dito anteriormente, o trabalho seria, partindo de Marx (2019), aquelas atividades que hão de ser planejadas desde seus meios de realização, a sua conclusão e o objeto que será resultado de tal processo, o trabalho é o passo para a satisfação de qualquer necessidade. Pensando no fim último desta atividade, será que todo o objeto material e imaterial, produto do ato laboral, permanece nas mãos daqueles que o produziu? Adiantamos que não. Sendo o trabalho o ponto central da forma com que as sociedades se organizam, é simples concluir que, ao depender dos contextos (como o geográfico) de cada realidade analisada, as formas achadas para realizar uma mesma atividade serão múltiplas e variadas. Um grupo de caráter sedentário que se encontra próximo a um rio obviamente sanará suas demandas biológicas – nesse exemplo seria a fome – através de peixes e animais aquáticos em geral, ao mesmo tempo que também pode encontrar na água uma via rápida de locomoção e

transporte, já o inverso disso seriam os grupos que, por algum motivo, desenvolveram-se em meio a florestas, onde a caça era o caminho mais viável de alimentação, e logo, progrediram a construir hábitos sociais partindo das múltiplas determinações que baseiam este mesmo ambiente, como a formação de uma religião ou crenças difusas em aspectos espirituais.

Nesse sentido, disto surgem os *meios de produção*, sendo eles a organização de como se dará a produção e reprodução material e imaterial dos indivíduos, e em torno não somente do sanar de dadas demandas imediatas, como também dos meios laborais para tais sanamentos. Frutos diretos dos modos de produção é a maneira com que dado grupo se organizará e resultados disso são a ocorrência da formação de certos estamentos sociais que delimitam-se através de como ocorrerá dado serviço e com quem ficarão os produtos destas atividades, em suma, Lenin (1977) resume esse ponto ao introduzir que o conhecimento social do homem reflete o regime económico da sociedade na qual ele está inserido e Marx aborda essa temática ao entender “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”, sendo amostras destas classes o “homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro” que, em outras palavras, resumem-se a “opressores e oprimidos”. (Marx, 2015, p.62).

Na contemporaneidade, as classes observadas deixaram de serem organizadas como um dia já foram nos feudos europeus, pensando sempre num movimento de supressão histórica (*Aufheben*) dos momentos de dado curso marcadamente dialético, surge a classe burguesa moderna que “brotou das ruínas da sociedade feudal”, analisando exatamente através dessa ótica de um movimento propriamente dialético, essa recente sociedade burguesa “não aboliu os antagonismos de classe”, sendo que “não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta” por aquelas que necessariamente eram de seu querer. Uma definição clara do que chamamos aqui de classe será trazida por Cabral (2019), que pensou nesse conceito através de uma certa dualidade de instâncias concretas:

A definição das classes no seio de um agrupamento ou de agrupamentos humanos resulta fundamentalmente do desenvolvimento progressivo das forças produtivas e das características da distribuição das riquezas produzidas por esse agrupamento ou usurpadas a outros agrupamentos. Quer dizer: o fenômeno socioeconômico classe surge e desenvolve-se em

função de, pelo menos, duas variáveis essenciais e interdependentes: o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção (Manoel, Jones *et al*, 2019, p. 131).

A partir de tal conceituação, é possível entender sintaticamente o que Marx expressa quando considera ser a lutas entre classes o motor responsável pelo andamento e decorrer da história. A relação entre uma classe e outra será necessariamente por vias belicosas, toda relação social é a relação entre sujeitos que, estando localizados em determinadas classes, são perpassados pelo que vem a ser as “ideias” dessa classe, logo, toda relação social é também de classes e, portanto, uma relação que é também de “poder”. A belicosidade, e consequentemente o exercer do poder por diferentes vias é o tema geral que está, inequivocadamente, inserido em todas as esferas da atual sociedade burguesa. Já esse poder não remete somente ao evento das crueldades físicas como usualmente se é percebida, há também numa forma imaterial e ideal (no sentido de ideias).

Trazendo o que foi exposto anteriormente, o produto final do trabalho socialmente realizado não se localiza na posse daqueles que o fazem, a classe trabalhadora, mas é tomado por um outro, o burguês. O domínio sobre o que se é socialmente produzido é a base que exemplifica o porquê de haverem classes, mas é preciso também pensar que tal ato não é ocorrido somente através da violência física (comumente percebido no que vem a ser a punição aos crimes, considerados pelo direito burguês, contra a propriedade) como também justificado por vias *ideológicas*, partindo desse ponto, Marx (2019) então faz a seguinte exposição:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes: isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõem, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, de modo que, geralmente, os pensamentos daqueles a quem faltam os meios de produção intelectual são, ao mesmo tempo, submetidos a essa classe (Marx, 2019, p. 46-47).

Por meio disto, a luta de classes torna-se uma gestão do âmago dos sujeitos por algo muito particular, pelas ideias que, em maior ou menor nível, atendem a um sentido claro de provocar a aceitação e uma “protocompreensão” de dada realidade discursiva baseada em submissão e expropriação de uma classe por outra.

Desse ponto em diante, serão destacadas noções sobre como o modo de produção e reprodução material da vida modifica e é modificado por indivíduos que, ao pertencerem a um dado momento histórico e atenderem a certos interesses de classe, pavimentam o desenvolvimento necessariamente direcionado para a manutenção das atuais estruturas exploratórias. Que se estabeleça o “social” abordado aqui como um espaço atravessado completamente por *ideias* e conflitos que ocorrem a todo momento em que sujeitos são interpelados por suas externalidades ideológicas. O sujeito, portanto, só existirá enquanto pertencente a algo maior que ele próprio, a ideologia, e desse modo, esse ser que conclamado a todo momento reproduzirá práticas que por diversos momentos irão contra ele próprio e contra a classe a que pertence, gerando por vezes inquietação e sofrer que por muito, em um primeiro momento, possam parecer não justificados.

A IDEIA E SUA EXISTÊNCIA MATERIAL

A ideia, a uma primeira vista, não existe materialmente, e justamente por isso é que possui o caráter de ideia. Contudo, como isso se introduziria na ótica materialista que explicitamos anteriormente? Um outro pensador é capaz de repensar esse ponto com magnificência, Louis Althusser. Althusser (2019) não muda e nem tampouco “atualiza” a tradição já tão explorada da produção de ideias pelos círculos marxistas, mas ele estabiliza essa tese num determinado espaço histórico ao dedicar-se a superação da chamada “teoria descritiva” do Estado no momento em que se entregou a analisar os *Aparelhos Ideológicos* que o rodeava e formavam a realidade social a sua volta.

O Estado, com “E” maiúsculo, escapa de ser um “regulador” necessário às relações humanas ou um ente dedicado tão somente a gestão econômica de dada realidade humana, mas é, então, uma estrutura amplamente constituída por diversas distinções e estruturas que se diferenciam em relação aos seus meios de se apresentarem a realidade, mas que se cruzam no momento em que, por fazerem parte de um único aparelho de Estado, compartilham de um objetivo último. Althusser (2022) resume a perspectiva Marxista ao tentar sintetizá-la na seguinte citação:

“[...]Marx concebe a estrutura de toda a sociedade como constituída por “níveis” ou “instâncias” articuladas por uma determinação específica: a

infraestrutura ou base econômica ("unidade" de forças produtivas e relações de produção) e a superestrutura, que compreende, por sua vez, dois "níveis" ou "instâncias" - a jurídico-política (o direito e o estado) e a ideológica (as distintas ideologias: religiosa, moral, jurídica, política etc.)" (Althusser, 2022, p. 65).

Dessa forma, fica claro que essa abordagem proposta por Marx possui um caráter que viria a ser considerado por Althusser como pertencente ao campo do *descritivo* onde dedicar-se-ia a uma visão que mais focaria em descrever do que necessariamente propor uma categorização propriamente política, entretanto, mesmo assim, tal proposição traz à tona aspectos de demasiada importância didática por demonstrar através de uma analogia a qual da mesma forma que um prédio não se manteria em pé sem uma base rígida e resistente, a superestrutura da sociedade não se perpetuaria sem a infraestrutura sustentando-a e, já que é na infraestrutura que se localiza a base econômica da sociedade, é então essa base econômica que determinaria as instâncias superiores consideradas superestruturais. Em síntese, as instituições políticas são a superestrutura que se ergue sobre a base econômica (Lenin, 1977). Neste sentido, Althusser (2019) trabalha por diferenciar-se de Marx ao estabelecer a ideologia não mais como algo amplo, nascendo de ideias pensadas socialmente e refletidas em uma espécie de “falsa consciência”, mas seria esse campo das ideias algo “alcançável ao toque”, tangível, sensível e que sua observação na materialidade concreta se mostraria ao analisar a relação de compreensão dos sujeitos, por vezes deturpada e incoerente, para com as bases econômicas que os rodeiam e os formam no que são.

O Estado será, então, o espaço de onde parte o fluxo de ideias pertencentes ao campo ideológico e nele, dentro de suas potencialidades de realização, será achado o *poder*, por consequente, dentro do campo do poder é que então se encontraria a separação entre “*Aparelhos repressivos de estado*” (ARE) e “*Aparelhos ideológicos de estado*” (AIE). A essência para que a ideologia possa ser considerada mais que não somente esse campo que abrange as ideias comumente mal analisadas por ignorantes e desinformados de tal tese, é a noção de que ela existe enquanto forma sensível na materialidade concreta, e assim é preciso saber que ela paira sobre aparelhos (no sentido mais estrito do que vem a ser esse termo) que possibilitam a gestão dos saberes e comportamentos (discursivos em maioria) em prol dela própria,

sendo designado “pelo nome de aparelhos ideológicos de Estado certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas.” (Althusser, 2022, p. 74) e, dessa maneira, é importante ressaltar que a ideologia existe concretamente sobre essas estruturas.

Tendo entendido tal noção de materialidade na ideologia e sua existência perpassada nos aparelhos, é importante conceituar um ponto em específico. Althusser (2022) trará à tona que a ideologia representa a “relação (*imaginária*) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas.” (Althusser, 2022, p. 97-98). Desse modo, o termo “imaginário” assume um papel de destaque por ser esse o responsável por evidenciar algo de ampla importância no âmbito da análise do sujeito, a *subjetividade* individual (contudo, constituída inteiramente de forma social). O sujeito, então, não entende o ambiente a sua volta como do modo que este de fato é, mas pela sua aparência sensível, possuindo a percepção “individual” um caráter subjetivo e próprio à cada sujeito, embora seja a subjetividade um âmbito de gestão pelo caráter ideológico.

Assim como Marx (2019) relaciona a produção de ideias com a formação de uma suposta consciência, é importante notar que nesse momento já se é possível perceber uma certa correlação que é basilar neste trabalho, se os seres humanos existem sempre presentes em uma dada materialidade e se são esses mesmos seres vinculados a ideologia pela constante reprodução de sua própria consciência enquanto sujeitos, é essa “consciência ideológica” a principal gestora das relações entre homens através da regulação de práticas e rituais condizentes com o contexto ao qual está inserido. Althusser (2022) deixa claro, ao citar que o sujeito está presente como agente em um sistema em que “a ideologia existente em um aparelho ideológico material”, aparelho esse “que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença.” (2022, p. 103). Desse modo, da mesma forma que Marx traz à tona que a realidade material precede a ideia, aqui a ideologia precede a consciência individual enquanto *momentum* na formação desta última, sendo a consciência, portanto, fruto do que, em suma, vem a ser um contato entre opostos, aquilo que de mais **particular** existe no sujeito (aspectos relativos à própria biologia e a formação deste como ser social) e aquilo que de mais **comum** se é compartilhado entre indivíduos de um mesmo agrupamento, as ideias que assumem essencialmente

um postura de serem compartilhadas de forma ampla, ou apenas a ideologia. Nesse sentido, no encontro de indivíduo e sociedade, do particular e do comum, do subjetivo e do objetivo, é que se constitui a consciência de um sujeito concreto, sendo isto vindo a ser chamado de interpelação. Portanto, embora a partir de Althusser a ideologia deva ser entendida como fonte de repressão advinda do ente estatal, é importante notar que não se restringe a apenas isso, mas sim a toda uma gestão dos comportamentos discursivos emanados do sujeito.

Neste momento, notando que o sujeito não “pensa por si só” e que é a todo momento perpassado por ideias externas a si e emitidas por dado ente, Althusser (2022) se mostra certeiro ao notar que “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas” e, desse modo, é necessário levar em consideração que os AIEs, devido a serem parte dos aparatos de poder do Estado, trabalham nos indivíduos o que já é ou um dia virá a ser as partes integrantes do mesmo enquanto tal. Um exemplo disto exposto seria o de como o aparelho religioso, dentro de todo o espaço ocupado pelo mesmo nas diversas redes de poder que constituem certo número de sociabilidades, viabiliza que dentro de uma certa comunidade apenas sigam-se uma quantidade limitada e amplamente gerida de rituais, a exemplo do ir à igreja em uma noite de domingo, o ato de negar a ingestão de substâncias em prol do ideário da salvação, o praticar de violências contra outras comunidades que são enxergadas como inimigas e etc., e todos esses pontos, mesmo sem o saber dos próprios sujeitos, fazem parte da gama de comportamentos que existem apenas enquanto dentro de um aparelho que os viabilize e, acima de tudo, os justifique após sua realização.

O objetivo com tal exemplo não é exatamente explicar que todos os preconceitos podem ser justificados com o mero emprego do termo “ideologia”, mas enquadrar que esses mesmos preconceitos, enquanto analisados no campo discursivo e comportamental, se igualam a qualquer outro ato ao fazerem parte de uma gama de práticas gerenciadas dentro de rituais, a escolha do nome de uma criança ou o espancar de uma pessoa devido a cor de sua pele, a escolha de uma roupa ou o que se deve ser estudado na escola, todas estas são sempre práticas que derivam de sujeitos, e dessa forma, não é à toa que Althusser estabeleça que toda prática seja ideológica, pois no final das contas, “a existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa.” (2022,

p. 108). Práticas são sempre praticadas por alguém e esse alguém será sempre um sujeito perpassado por vivências discursivas amplamente geridas por um aparelho ideológico.

Desse modo, em outras palavras, é preciso atentar por fim que o que chamamos aqui de “ideia”, se escapa da conceituação comum de ideologia por, a partir de Althusser, as ideologias terem sido fincadas na materialidade. Assim como trazido antes, toda ideia deriva da ideologia e não apenas isso, como também ela “existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas”, sendo necessário então se manter em juízo não apenas que a ideia precederia a ato material do comportamento, como também é a ideia algo concreto e derivado de uma realidade que, por mais que não seja tão facilmente visível, há de rodear e formar o indivíduo enquanto sujeito.

Tendo em mente já a ampla conceitualização de ideia e ideologia, é preciso entender agora quem que cria e é por sua vez criado por esse mesmo conceito. Tanto quem escreve esse trabalho quanto quem o lê são reconhecidos socialmente como sujeitos, logo, já é possível perceber que existe um motivo para que as noções de “ideologia” e “sujeito” fossem sempre trazidas de forma indissociável, pois se as ideias existem materialmente enquanto práticas é necessário alguém que as pense e as ponha nessa *práxis*. O sujeito é esse ser interpelado por ideias que tanto o direcionam a certas noções e vivências quanto o transformam, assim fazendo esse antes indivíduo se metamorfosear em sujeito concreto. A ideologia faz o sujeito. Que se analise então esse ser perpassado por ideias, esse “sujeito ideológico”.

O SUJEITO INTERPELADO

Todos os seres humanos podem ser entendidos como indivíduos, mas daí provém um segundo aspecto que só se mostra analiticamente. Os indivíduos claramente não existem sozinhos no vácuo e nem tampouco solitários em seus próprios lares, existem sim sempre dentro de grupos e redes que os garantem sociabilidade e reconhecimento enquanto tal. Desse modo, é importante levar em consideração que existem aí certas instâncias de observação que em uma primeira impressão podem aparecer como uma única e mesma coisa, entretanto pertencem a níveis diferentes de abstração, um exemplo disso seria a relação indivíduo-sujeito.

Esta separação pode parecer ilógica à primeira vista, contudo faz bastante sentido ao perceber que os indivíduos concretos se relegam apenas ao espaço da materialidade, mas os sujeitos pertencem a uma categoria que tende a partir dos aspectos externos que envolvem esse ser, como o que vem a ser chamado de subjetividade e os *discursos* pertencentes ao campo da comunicação e linguagem. Althusser (2022) traz um exemplo bastante didático ao se fazer entender que o indivíduo, por mais que nasça no momento do parto, o sujeito precedia-o já por ter seu reconhecimento garantido desde antes de seu nascimento concreto, um bebê recém-nascido seria unicamente um indivíduo, mas que na prática discursiva dos pais escolherem o nome e planejarem o futuro levando em consideração aspectos deste que ainda não propriamente nasceu, faria com que ele já fosse reconhecido enquanto sujeito por ser nesse ponto justamente onde o feto já estaria sendo interpelado pela ideologia como sujeito concreto. O ato de interpelar é o que marca então o nascimento dessa nova categoria, assim "a existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa." (Althusser, 2022, p. 108).

A interpelação pode parecer um termo pouco usual a princípio, mas dentro de seus possíveis significados ela remete a algo próximo de noções como "abordar" ou "interrogar", portanto, no momento em que Althusser (2022) ressalta que "só há prática através de e sob uma ideologia" é feita pelo sujeito visando um outro sujeito, ele traz a vista que a prática de interpelar "os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos" é ato determinante para que se entenda que além de todas as práticas serem regidas de uma forma ou de outra pela ideologia, a própria existência do sujeito faz-se dependente da interpelação essencialmente ideológica.

De certo modo, é necessário manter em mente o que já foi exposto no tocante ao método de análise marxista. Tendo entendimento disso, nota-se que existe uma linearidade na forma em que as relações sociais ocorrem aos olhos de Althusser, levando em consideração aspectos ideológicos para que daí se possa entender o ato que implica no parir do sujeito onde antes era indivíduo. Segue-se como ocorreria essa linearidade:

- 1) A "realidade material" contempla os espaços perpassados pela tangibilidade de uma possível interpretação (em suma, imaginária e até certo ponto subjetiva), devendo-se entender nela o espaço no qual se localiza o âmbito das relações sociais, que tendem a ser sempre interpelativas.

2) O indivíduo, ao relacionar-se com seus iguais dentro de uma comunidade que é perpassada pelo modo de produção capitalista regido por um Estado e, consequentemente, uma organização social em forma de classes, é perpassado por “ideias” que externalizam-se aos indivíduos e comumente são expressas a partir da *práxis* discursiva.

3) Esse mesmo indivíduo, ao depender de diversas variáveis, como a comunidade na qual está inserido e até sua própria subjetividade quanto aos aspectos cognitivos e comportamentais, irá ser interpelado por essas ideias expressas em discursos, e caberá a ele aderi-las colocando-as em seu repertório social ou buscar outras que por certo irão entrar em contato com esse ele ao progredir de sua sociabilidade.

4) Ao ser interpelado, o indivíduo torna-se um sujeito. Os indivíduos são interpelados em todos os momentos e, assim, o indivíduo concreto é sujeito também em todo momento.

Desse modo, a relação “sujeito-ideologia” é de completa dependência das duas partes. O sujeito sempre haverá de depender da ideologia para que seja sujeito, e a ideologia sempre necessitará do sujeito tanto para que possa ser reproduzida materialmente quanto psiquicamente no plano ideal da mente.

Tornado claro essa relação tão interessante aos olhos de qualquer leitor que se interesse pelo âmbito das sociabilidades humanas, é preciso se fazer um novo questionamento, se a ideologia, além de ser a responsável por parir o sujeito a partir do que era antes o indivíduo é quem chefia todas as relações sociais através de sua *práxis ideológica*, será ela a responsável também por administrar as diversas formas de sofrimento que se relegue sumariamente ao espaço social e que é apreendida de maneira psíquica e mental?

A PRÁXIS IDEOLÓGICA E A GESTÃO DAS DIVERSAS FORMAS DE SOFRIMENTO MENTAL

O que se é proposto, por fim, neste presente trabalho, é a existência de uma correlação entre o sentir dos diversos tipos de sofrer mental para com a forma que a ideologia se expressa materialmente em suas múltiplas instâncias, sendo elas aquelas que habitam a constituição mental dos sujeitos em sociedade (aspectos como costumes e comportamentos repetidos socialmente) e a que não só reside, mas existe em sua completude na forma de aparelhos que ampliam o controle do Estado sobre a esfera civil.

A escolha pelo termo “gerir” no nome deste capítulo não é algo sem propósito ou destoante de tudo que já foi visto, tal vocábulo foi eleito pois se é objetivado propor que as diversas formas de sofrimento mental possuem suas implicações diretas ou indiretas sempre no “campo das ideias”, devido a entendermos que Althusser (2022) acertadamente propôs a ideologia como categoria fundante do que se pode compreender por percepção, sendo então, algo basilar na formação da consciência e subjetividade. É facilmente comprehensível notar que o surgimento e o prolongamento de um sofrer são inequivocamente vinculadas às cognições e práticas derivadas da forma com que vivências são percebidas, e, portanto, a ideologia possui um papel determinante por ser ela a responsável por moldar como ocorrerá a significação desses símbolos que são as experiências que absorvemos cotidianamente e no decorrer de todo o desenvolver humano.

Tendo isto em mente, não visamos aqui negar os diversos aspectos próprios da biologia e da anatomia cerebral, mas tornar claro que é preciso levar em consideração que todo o aspecto das ideias deve ser tratado como um campo de análises próprio e de demasiada importância quando se é visado analisar as razões socioculturais relacionada dos transtornos mentais.

Pensemos, pois, em casos imaginários que possam parecer usuais e que sejam usáveis como exemplo. Imagine uma mulher adulta no contexto brasileiro que, por algum motivo, acabou por adentrar em um relacionamento amoroso. De acordo com a pesquisa realizada pelo instituto DataSenado, 68% das entrevistadas conhecem uma ou mais mulheres que já sofreram violência doméstica ou familiar, sendo assim, as chances dessa pessoa do exemplo adentrar em um relacionamento

que se mostre, ao passar do tempo, abusivo ou perpassado por violências são consideravelmente altas. Pensando, dessa forma, que essa mulher possa ter entrado numa relação problemática, é possível realizar certas análises da forma com que ela responderá aos impropérios cometidos contra si a partir da observação do grau de afetividade existente entre os aparelhos ideológicos mais presentes em dado espaço para consigo própria, é possível idealizar que se essa mulher acabar por ser mais afetada pelo AIE religioso, tenderá ela a buscar soluções e respostas que recaiam na gama de práticas permitidas e geridas por esse dado aparato, mas além desse determinado aparelho, existem diversos outros que exercem influência conjunta no controle dos sujeitos, como por exemplo, pode ocorrer dessa mulher poder estar mais influenciável pelo AIE familiar e enxergar na separação ou no divórcio como algo “anti-familiar” e que vá contra suas “crenças”, crenças essas baseadas tão somente na apreensão múltipla de ideais (derivados destes aparatos materiais) que se interseccionam na constituição subjetiva dessa pessoa.

O objetivo, com esse exemplo, é novamente retornar ao tópico de que toda prática existe apenas no espaço da *práxis* ideológica, mas é viável adicionar uma nova observação, a de que é possível perceber a lógica prática desse sujeito pelos AIEs que mais o afetam. Indiretamente já se é feito isso quando, por exemplo, um psicólogo julga que seu paciente, estando em situação de fragilidade mental, mostra-se mais afetado por certo aparato e por isso negue algumas propostas para terapêuticas para seu bem-estar, contudo, principalmente quando pensamos o agir do *sujeito-psicólogo*, deve esse profissional dedicar-se à observância de como se construiu e consolidou a presente constituição ideológica que, por sua vez, baseia a forma com que o paciente seja interpelado em sujeito concreto pelos que estão a sua volta. Não cabe a esse profissional ir de abordagem a abordagem terapêutica que, além de serem sempre geradas em contextos completamente diferentes de onde precisam ser aplicadas, são também representações fiéis da ideologia daqueles que a criaram, reproduzindo certos caracteres que são próprias às bases ideais de seus pensadores.

Nesse sentido, Althusser (2022) cita a existência de alguns aparelhos ideológicos de Estado que são facilmente visíveis na realidade cotidiana das sociedades ocidentais, seriam eles o AIE religioso, o escolar, o familiar, o jurídico, o político, o sindical, o de informações e o cultural. Todos eles possuem aspectos únicos e práticas que são gestadas sempre visando suas manutenções e, por conseguinte,

a manutenção do modo de produção do qual fazem parte. O que é importante ressaltar é que tendo novamente o método materialista de Marx, sua teoria do direito do Estado, em mente, ressalta-se que o sujeito é cabível apenas enquanto um objeto próprio à infraestrutura social e, dessa forma, ele ocupa um lugar interseccionado às bases econômicas da sociedade, por conseguinte, os aparelhos ideológicos são instâncias superiores pertencentes à superestrutura e assim, é possível estabelecer o sujeito como base e o AIE como o topo dessa mesma estrutura, onde é impossível desse topo existir sem algo que o sustente, o próprio sujeito. Possuindo, assim, o sujeito e a ideologia uma relação que é, em suma, dialética devido ao fato desses dois objetos serem tanto indissociáveis, quanto por fruto desse elo, darem vez a suprassunção (superação) deles próprios, que seria a consciência individual que é constituída com aspecto internos/subjetivos e externos/objetivos.

É possível, agora, estabelecer que a correlação sujeito-AIE não é tão unilateral quanto possa ter sido feita parecer. Por mais que as atitudes de um sujeito possam ser maleáveis a depender do aparelho ideológico que mais o afeta naquele momento e espaço, o sujeito ainda está transpassado por sua realidade material, e, portanto, o poder do AIE de gerir a percepção do sujeito está sobre o julgo do que esse ser tem para perceber. Trazendo o exemplo anterior, a mulher que ao sofrer abusos decide pelo divórcio, está sujeita a suas bases materiais, por exemplo, por necessitar de condições financeiras para contratar um advogado e dar andamento a seu processo de separação. A ideologia modifica sim a percepção, mas para isso precisa-se existir alguém para perceber e algo a ser percebido, e no momento em que o sofrimento mental possui suas bases na noção do como o sujeito vai conceber o que ocorre a sua volta, a ideologia é a responsável direta por como esse sofrer se manifestará a partir das bases concretas que envolvem o sujeito.

O sofrimento mental, em suas diversas formas, sempre dependerá de meios e causas sociais para se manifestar e/ou se prolongar, um trabalhador pode estar ansioso por achar que vai perder seu emprego e não será capaz de encontrar outro, uma mãe pode estar em situação de depressão por perder o filho para o vício em drogas, uma pessoa pode estar em melancolia profunda por se julgar sem valor para os que estão a sua volta, independente do caso citado ou do exemplo criado, as pessoas sempre serão transpassadas por questionamentos derivados de suas vivências em determinadas materialidades exclusivas do lugar em que essa pessoa

acaba por pertencer nas relações sociais. É impossível esperar que patrão e trabalhador, sendo eles detentores de necessidades econômicas completamente opostas, além de possuírem formas diferenciadas de perceber o ambiente a sua volta, possam passar por uma mesma abordagem terapêutica que foi gerada em um contexto destoante e afastado desse paciente que precisa de ajuda, e por diversas vezes, mesmo quando o profissional terapeuta realiza pequenas mudanças e adaptações, ele não leva em consideração o amplo contexto social, econômico, ideológico e histórico desse sujeito.

Por todo esse presente trabalho sempre foi tratada a ideologia não sozinha ou isolada, mas existente sobre aparelhos e manifestada na práxis dos sujeitos. Dessa forma, até quando tocado no tema da subjetividade dos indivíduos, também se foi falado junto a esse campo das práticas, isso não foi sem propósito. No momento em que a formação da consciência e a ideologia, como relacionadas por Marx (2019), se associam no que pode ser considerado como subjetividade, a conclusão é a de que a introspecção nesse sujeito que está indissociável a sua materialidade acaba por ser ineficaz e inútil, devido a ser impossível separar o que é uma “subjetividade individual” do que já foi e constantemente é mudado pelos AIEs, sendo por diversas vezes imperceptível a aquele que se é influenciado. O sujeito não tem pleno controle e nem consciência sobre o que lhe interpela e o constitui enquanto sujeito, devido a ser esse um processo dinâmico e sempre cambiante. Desse modo, não existiria nada interno ao sujeito que já não fosse fruto do que foi exposto externamente pela ideologia e absorvido através de um processo que inicia-se com a interpelação e se conclui na apreensão de dado signo ideológico.

Assim sendo, o que pode ser categorizado por sofrimento mental é, não apenas, uma consequência da gestão de práticas feita pelos AIEs, mas algo relacionado diretamente à forma que os sujeitos se concretizam na materialidade. Retornando novamente ao exemplo proposto no início do capítulo, e se a mulher que se encontra em sofrimento mental por estar em situação de abuso, mas a ideologia que ela própria já absorveu do aparelho mais presente em suas relações sócias inviabilizar uma lógica de separação do abusador, pode ocorrer dela continuar nessa relação e assim, acarretando na perpetuação dos efeitos da ideologia que já a permeou. Sendo, então, o termo “gestão” a palavra certa para definir o processo ocorrido na relação AIE-Sujeito.

O sujeito, por tudo o que já foi exposto, é desnudado aqui do véu que o esconde apenas como indivíduo e é através disso que se chega a uma conclusão que em primeiro momento pode parecer exagerada, mas que condiz com tudo o que já foi dito até este presente momento, não há sofrimento no campo mental e psíquico que não seja influenciado, amplificado ou perpetuado pela ideologia. A própria noção do sofrer é também aqui, por sua vez, ideológica por ser então o sofrimento um conceito que possui uma historicidade própria e que varia entre pensadores e correntes de abordagem no campo das psicologias e filosofias. Desse modo, que se entenda de uma vez por toda que onde houver sujeitos, haverá ideologia, e, nesse sentido, que reste a lição de que tanto quem escreve quanto quem lê esse presente trabalho, são sujeitos e, por serem exatamente isso, são ideológicos. Não existe espaço, tempo ou pessoa que no mundo capitalista já não tenha sido tocada pela ideologia e pelos atos discursivos próprios desse espaço que não localiza-se apenas na mente dos sujeitos, mas é completamente material, tangível e concreto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, visou-se uma análise que parte não mais de um plano ideal ou onde se levasse em consideração aspectos que em suas completudes se passariam como pertencentes a um local que é nada mais e nada menos que uma noção chula e demasiado abstrata do que se pode entender por mente ou psiquê. Que fique bastante claro depois de tudo já exposto que o que se foi abordado aqui é um amplo conjunto de análises que se restringem ao único campo que de fato se apresenta possível de estudo materialmente, a concretude material. É completamente compreensível que para aqueles leitores mais desacostumados, o que se foi exibido possa parecer um pouco estranho ou enigmático, mas é importante que sempre se tenha em mente de que devido a base analítica deste trabalho ter sido em grande parte marxista, o método de Marx, o materialismo histórico e dialético, perdurou majoritariamente como a forma de compreensão dos termos trazidos, e, portanto, é uma abordagem que devido a seu próprio entendimento ser significativamente complexo, pode gerar dificuldades de claro entendimento em um primeiro momento.

A ideologia, o sujeito, o sofrer e tudo apresentado existe sim materialmente e não apenas enquanto conceitos que pairaram idealmente sem nunca tocarem a

realidade propriamente dita, sendo eles pontos de enfoque nas determinações próprias do objeto analisado, a sociedade capitalista e aquilo que a constitui, o sujeito.

Dessa forma, certas considerações se fizeram visíveis por todo o trabalho e é importante torná-las completamente claras para que se possa contemplar uma conclusão geral. Primeiro, toda prática existe tão e somente derivada do campo ideológico, e segundo, o sofrimento mental concretiza-se em sujeitos, e, portanto, é essencialmente ideológica devido a própria categoria sujeito ser algo fruto do processo de interpelação. Nessa primeira noção, se leva em consideração uma sequência lógica que nasce no momento em que se presume a formação do sujeito através do ato interpelativo e assim é possível relacionar que quando o sujeito depende que um discurso dito ideológico o interpele, a apreensão desse discurso irá implicar nas diversas práticas que por esse sujeito serão realizadas posteriormente como fruto dessa apreensão realizada. Já a segunda consideração se dedica a entender o sofrimento não somente como um estado de ser ou um conjunto de sensações sentidas individualmente, mas como um conjunto de práticas expostas ao sujeito. Não se nega então o caráter interno do sofrimento, mas que ele deriva ou é amplificado pelas percepções que o sujeito tem sobre si mesmo, sobre os sujeitos a sua volta e sobre as bases materiais que possibilitam a reprodução material de sua própria vida.

Esperando que se tenha explicitado essas apreciações, é ainda importante ressaltar que tais avaliações correspondem a um pensamento que se mostra basilar e que perdura como tese primordial e geral por tudo o que já foi dito, essa tese é a de que uma análise das diversas formas de sofrimento mental é impossível de ser ampla e completa sem antes se levar em consideração o que necessariamente representa o discurso do sofrimento em dada época histórica e em dado espaço social, os sujeitos os quais são acometidos materialmente por isso que vem a se chamar de sofrer são também sujeitos históricos e devem ser entendidos como tal em sua completude.

A ideologia é um todo que recobre a tudo e a todos dentro das sociedades que partem do modo de produção capitalista como a forma de organização e redistribuição do trabalho e seu excedente para as classes existentes. As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, e assim Marx (2019), a mais de 150 anos atrás, já fez clara a relação das ideias para com suas bases materiais, e apenas entre os anos de 1960 e 1970, com a ajuda de Althusser e o pensadores que

permearam seu círculo foi que se alcançou um nível de compreensão suficiente que possibilitou a análise da formação do sujeito como algo derivado da ideologia e não apenas isso como também se foi contemplada a existência material da ideologia através dos aparelhos ideológicos de Estado, os AIEs.

Esperamos que de agora em diante o leitor se sinta ao menos familiarizado com os campos de estudo que foram permeados nesse presente trabalho, campos que vão desde a análise do discurso à formação da categoria sujeito e o papel da ideologia como o algo que permeia todos os processos humanos. Que o leitor entenda que é também permeado por esses processos aqui descritos e que até o simples ato de ter tido acesso e lido esse escrito representou todo um universo de práticas que com certeza foram regidas, geridas e administradas pelas tecnologias próprias da ideologia e seus aparelhos.

Cabe a todo aquele que está lendo refletir, e não apenas isso como também promulgar sua análise em um ponto que seja possível mudar a realidade a sua volta e combater as diversas práticas de sofrimento vinculadas a ideologia da classe dominante e que acometem a todos. A mudança da materialidade é sempre um ponto válido desde que vise a emancipação, o combate às desigualdades e o aprimoramento dos sujeitos. Dentre as diversas citações possíveis de se pensar, uma se faz perfeita para que se possa visar uma conclusão: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo”. (MARX, 1978, p. 53)

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.
- MANOEL, J. et al., (org.). *Revolução Africana: Uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- MARX, K. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2019.
- MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- MARX, K. *Crítica a filosofia do direito de Hegel*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 184 p.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

LENIN, V. *Obras Escolhidas em seis tomos*. [S. l.]: Edições "Avante", 1977. p. 35-39. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.html>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SENADO, A. *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher — 2021*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/09/violencia-contra-a-mulher-aumentou-no-ultimo-ano-revela-pesquisa-do-datasenado>. Acesso em: 18 ago. 2023.